

A RUA EM FRAGMENTOS: SOBREPOSIÇÕES TEMPORAIS COMO NARRATIVAS HISTÓRICAS ESPACIALIZADAS EM CUIABÁ (MT) BRASIL

THE STREET IN FRAGMENTS: TEMPORAL OVERLAPS AS SPATIALIZED HISTORICAL NARRATIVES IN CUIABÁ (MT) BRAZIL

  **Melissa de Araujo Sousa**
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil
melissaaraujo@discente.ufg.br

  **Eline Maria Mora Pereira Caixeta**
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil
eline.caixeta@ufg.br

  **Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro**
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil
ana.amelia@ufg.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo testar um aspecto da pesquisa de mestrado com foco para as características formais que compõem a Rua 13 de Junho, área de transição entre Zonas de Interesse Histórico (ZIH) em Cuiabá. São pensadas em novas narrativas para o estudo da paisagem desse caminho entre o Centro Antigo – ZIH 1 e a Orla do Porto – ZIH 2, que contribuam para a percepção das transformações de funções ao longo do tempo, bem como para pensar sobre os impactos práticos que recaem sobre a materialidade remanescente. Atualmente a via é percebida em fragmentos, fator que instiga um percurso investigativo que explore outras maneiras de compreender essa paisagem. O pontapé inicial do trabalho é dado a partir de algumas considerações sobre as permanências e modificações, focalizadas no contexto da forma para entender as sobreposições temporais. Em um segundo momento, o olhar será voltado para as fissuras do cotidiano, como meio de enxergar para além do que se vê: um processo reflexivo do que a forma nos comunica, seja pensando sobre essas “rugosidades” como resistência, seja como descompassos em relação à dinâmica da cidade. As áreas subutilizadas, no trecho em questão, são formas (antigas) manifestas por meio de ruínas e terrenos baldios. Esses fenômenos, ao revelar a lógica de conformação do núcleo urbano, são produto de possíveis processos abordados aqui como meio de provocação. Por fim, apresenta-se um exercício contracartográfico

para pensar a espacialidade de modo mais questionador, indicando possibilidades de investigação histórica a partir de suas inflexões.

Palavras-chave: Permanências. Sobreposições Temporais. Morfologia. Fragmentos.

Abstract

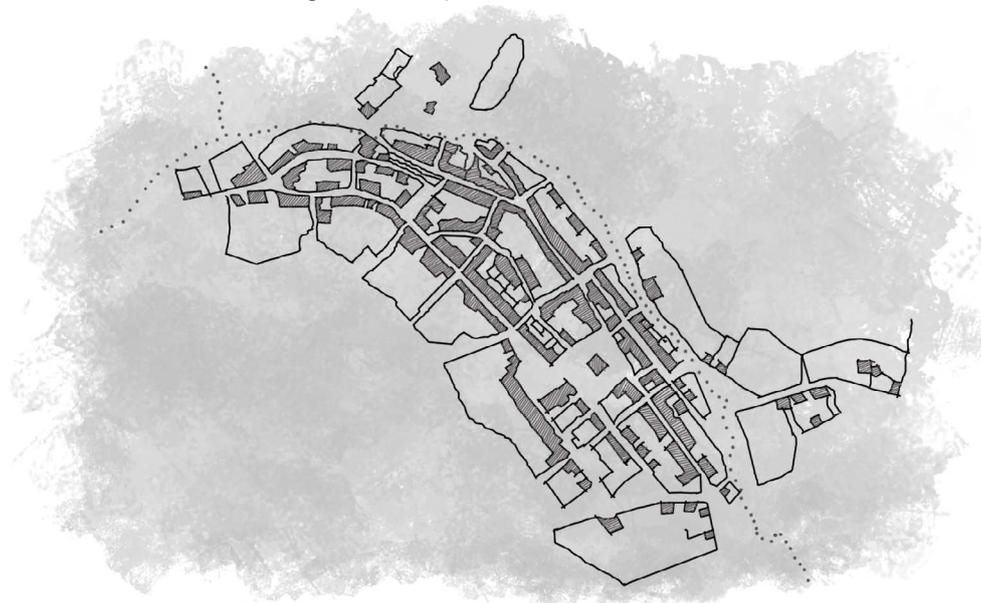
This article aims to test an aspect of the master's research focusing on the formal characteristics that make up Rua 13 de Junho, a transition area between Zones of Historical Interest (ZIH) in Cuiabá. New narratives are designed to study the landscape of this path between the Old Center – ZIH 1 and the Porto Waterfront – ZIH 2, which contribute to the perception of the transformations of functions over time, as well as to think about the practical impacts that fall on reminiscent materiality. Currently the road is perceived in fragments, a factor that instigates an investigative journey that explores other ways of understanding this landscape. The work begins with some considerations about permanence and modifications, focused on the context of form to understand temporal overlaps. In a second moment, the gaze will be turned to the fissures of everyday life, as a means of seeing beyond what is seen: a reflective process of what the form communicates to us, whether thinking about these "roughnesses" as resistance, or as mismatches in relation to the dynamics of the city. The underused areas, in the section in question, are (old) forms manifested through ruins and vacant lots. These phenomena, by revealing the logic of the formation of the urban nucleus, are the product of possible processes addressed here as a means of provocation. Finally, a counter-cartographic exercise is presented to think about spatiality in a more questioning way, indicating possibilities for historical investigation based on its inflections.

Keywords: Stays. Temporal Overlays. Morphology. Fragments.

Introdução

Como uma cidade do século XVIII, Cuiabá nasceu a partir de dois polos de atração: uma área portuária, às margens do rio homônimo, e o aglomerado onde estabeleceu o povoado inicial, margeado pelo córrego da Prainha, afluente do rio Cuiabá (Figura 1). Para além destas duas áreas que marcam o desenvolvimento do núcleo urbano no eixo norte-sul, o foco é dado para o caminho entre ambas: Rua 13 de Junho.

Figura 1 - Mapa de Cuiabá no século XVIII.



Fonte: Ilustração das autoras a partir de imagem obtida em Coelho (2001, p.137).

Na normatização que regulamenta o perímetro de tombamento federal, parte da rua foi classificada como setor de entorno (dentre os dez setores definidos, está o Setor 13 de Junho), visando a preservação de elementos essenciais para manter a ambiência, a partir da valorização dos aspectos formais, sua historicidade e usos (IPHAN, 1994). Essa narrativa focaliza nas características morfológicas, por meio da pesquisa histórica/iconográfica e pela condição atual observada na área, tais como a topografia, os corpos d'água e o traçado¹.

A relação de trabalho centro-porto também é um fator marcante para a compreensão sobre a cotidianidade. Como figura importante na contribuição dos

¹ O fato de tais características motivarem as ações preservacionistas na cidade causou estranhamento por parte do segmento da sociedade que, habituado a atribuir valor patrimonial aos centros que mantêm íntegros elementos decorativos e ornamentações, não via na herança cuiabana atributos dignos de tombamento.

estudos de tombamento do centro antigo, o historiador Carlos Rosa (1985)², na sua condição de representante da Prefeitura Municipal e também chefe no período inicial do Iphan/MT, apresenta uma bagagem de conhecimento sobre o processo de formação da área, o que leva a identificar duas porções bem delimitadas, que atribui como “espaço de poder” e “espaço de produção”.

Essa bipolarização entre as duas margens do Córrego da Prainha indica a organização das funções desde os primeiros anos de fundação da vila. O lado direito possibilitou a consolidação da ocupação, beneficiada pelas condições do sítio: em terreno mais plano foi implantada a Igreja Matriz, edifícios públicos, bem como as residências da classe mais abastada da população. Enquanto na porção esquerda³, de topografia acidentada, firmavam as relações de trabalho, criando um ambiente marcado pela presença de corpos negros, composta por escravizados e trabalhadores livres e pobres que movimentavam a atividade econômica da vila por meio da exploração aurífera (nos primeiros anos de fundação da vila, 1722) às margens do córrego (Guimarães, 2023).

4

A leitura sobre essas áreas evidencia a disputa pela demarcação de poder, o que reflete nos mapas mais antigos da cidade, além do traçado de ruas estreitas e tortuosas que acompanham a sinuosidade do corpo d'água. A referência das margens está para além da divisão dos “espaços de poder e de produção”, mas sugere a importância que o eixo da Prainha apresenta para a estruturação da cidade, embora tenha sofrido um processo de abandono devido aos efeitos incômodos que a negligência com suas águas ocasionou para a ambiência do espaço público. O estigma de atraso e insalubridade, levou sua canalização (1979) e posterior tamponamento, para propiciar a abertura da Av. Tenente Coronel Duarte.

Como foi frisado, em sua “forma” de corpo d'água, o Prainha simbolizou um elemento decisivo para o traçado inicial da cidade, logo, como avenida também exerce influência sobre o processo de expansão da malha viária, fator que leva a questionar os seus impactos para as mudanças ocorridas em seu entorno e no próprio setor de interesse (Setor 13 de Junho), paralelo à avenida. De todo modo,

2 Guimarães (2023) constrói uma leitura aprofundada sobre a área a partir desta designação estabelecida por Rosa (1985).

3 No alto da Colina do Rosário, foi erguido, como anexo, uma capela para devotos a S. Benedito. Registra-se que os negros não podiam entrar na igreja N. S. Rosário, apenas no anexo.

embora esse percurso tenha se tornado um importante conector entre Centro e Porto, a Rua 13 de Junho ainda constitui o principal caminho que faz a ligação direta entre os dois aglomerados desde meados do século XIX. Como estudo de caso, o caminho do porto oferece pistas, na atualidade, capazes de exprimir traços da importância histórica por tal singularidade.

Os vestígios do passado, compõem o conjunto de elementos para a leitura dessa paisagem tão significativa. Nessa perspectiva, a linha de bonde⁴ que ligava o centro ao porto, passando pela via, poderia ser um dos traços herdados mais representativo para a demonstração da relevância da função articuladora que a rua teve, caso essa camada histórica ainda fosse aparente. Para que tal elemento pudesse compor a ambiência atual, seria preciso, no entanto, um grande trabalho arqueológico, de modo a explorar essas camadas apagadas. De todo modo, para a prosperidade dessa investigação, reconhece-se que existem outras formas antigas como resistências e capazes de nos sugerir algumas lacunas desse processo histórico de conformação do caminho. As transformações dessas formas e funções são abordadas mais detalhadamente no tópico seguinte.

5

Forma-fragmento como questão

O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social (Santos, 1988, p.10).

Para além da linha de bonde que marcou a dinâmica do espaço em dado período, é essencial situar de quais momentos tratam as condições observadas. O estudo sobre as sobreposições temporais a partir do que se vê pela “forma-fragmento” diz respeito à expressividade que as áreas subutilizadas provocam ao observador. São diferentes condições: terrenos não edificadas isolados e/ou contíguos, além de edifícios em ruínas, aspectos que fragmentam a percepção da via como uma unidade.

⁴ Instalado em 1891 com a finalidade de melhorar a comunicação com a região portuária. Caracterizado pela tração animal, seu ponto terminal culminava na Praça da Mandioca, área que, atualmente está dentro da poligonal de tombamento.

Com o intuito de entender melhor esse fenômeno para a leitura da paisagem, tem-se como base teórica os estudos de Milton Santos (1988) que a define como o domínio do que a vista alcança envolvendo volumes, cores, movimentos, odores e sons. Diante dessa abrangência de elementos, a construção dessa paisagem é tomada por acréscimos e, também, pelas substituições motivadas pela lógica de produção em determinado momento histórico (Santos, 1988, p.23).

A questão temporal é um fator determinante para o desejo de realizar um mapeamento dessas camadas. Quando os objetos não são suprimidos, é possível fazer uma análise pela sua datação, reconhecendo suas idades no contexto dessa paisagem. Diante disso, vale destacar o histórico das técnicas empregadas, as quais só possuem uma existência histórica no interior das relações sociais, sob influências econômicas, políticas e culturais (Santos, 1988, p.24). Por essa razão é que se torna importante entender quem são os agentes por trás dessas formas e o porquê se dão de um modo e não de outro.

Um apontamento significativo para essa leitura é a distinção da maneira como acontecem as mutações da paisagem, podendo ser de ordem estrutural e/ou funcional, segundo Santos (1988). O autor caracteriza as modificações funcionais condicionadas pelo horário, dia ou época do ano em que a dinâmica de determinado lugar influi na sua forma de parecer, o que pode se dar também pela divisão territorial do trabalho. Por outro lado, a mudança estrutural está vinculada à modificação de (velhas) formas em prol da alteração estrutural.

Na Rua 13 de Junho, identifica-se, no primeiro momento, uma variação funcional, pela dinâmica observada em caminhadas em horários e dias distintos. O que chama a atenção, todavia, não são essas mudanças de natureza funcional, mas, de cunho permanente, na medida em que se destacam atividades que não dialogam com a materialidade onde se desenvolvem, rompendo, de certa maneira, com as características físicas do lugar. No que tange às mudanças de ordem estrutural, acredita-se que seja um aspecto um pouco mais complexo de ser apreendido, justamente pela questão de pesquisa: a falta de clareza sobre essas camadas de temporalidade e de sua forma em fragmentos⁵.

5 Outro fator que inviabiliza uma precisão sobre os desdobramentos/modificações que têm as formas espaciais ao longo do tempo é o seu envelhecimento social/moral: trata-se de quando há uma desvalorização pelo surgimento de outras preferências. O mesmo já não acontece com o envelhecimento físico, medido basicamente pela durabilidade dos materiais (Santos, 1988, p.25).

Esses aspectos físicos/estruturais comparados às funções (em transformação, diante da mudança das etapas de trabalho/relações sociais), são decisivos para Milton Santos (2006) ao verificar que permitem, em potencial, a distinção de diferentes épocas. O autor, então, constrói uma narrativa que contribui para o entendimento de morfologia, a partir de um outro olhar e associa diferentes fatores que a influenciam, como as mudanças dos sistemas de técnicas e, conseqüentemente, de objetos⁶.

Assim, é possível observar que, ao longo do tempo, um novo sistema de objetos também condiciona um novo sistema de técnicas, evidenciando que, quando há mudança morfológica correspondente a novas funções, os velhos objetos não deixam de existir, mas mudam de função. Com essa lógica, é possível compreender o que Milton Santos (2006) pretende demonstrar quando afirma a inseparabilidade dos objetos e das ações. As técnicas e ações empreendidas no tempo, isto é, novas formas de ação, geram impactos sobre a materialidade/ forma. Por essa razão, as mudanças no espaço geográfico, sejam apreendidas pela morfologia ou a partir das funções, correspondem também, às mudanças das relações em sociedade que se (re)definem (Santos, 2006, p.61). A paisagem, nesse entendimento, constitui um conjunto de formas capazes de trazer à tona as heranças dessas relações entre homem e natureza e unindo objetos passados e presentes, como uma construção transversal (Santos, 2006, p.67).

É nesse sentido que a investigação sobre as razões pelas quais a Rua 13 de Junho se configura atualmente, é reforçada por meio da leitura (transversal) dessa paisagem, produto de momentos históricos diferentes, mas também atual, dialogando (ou não) com as demandas da sociedade. Essa mudança constante das funções sobre as formas evidencia o quanto o espaço da cidade é dinâmico, acompanhar essas transformações torna um desafio para o estudo, uma vez que nem todas essas nova funções estão articuladas com as formas antigas.

A partir da noção desse descompasso, é perceptível que a consequência direta desencadeie o fenômeno mencionado anteriormente, induzindo a essa leitura fragmentada do caminho, fator que requer uma pesquisa para além da atuação

⁶ Milton Santos (2006) se ampara em diferentes teóricos para a elaboração de uma definição desses sistemas. Assim, apresenta as ideias de Baudrillard (1973, p. 16), ao chegar no entendimento de que não basta a definição do sistema, é preciso reconhecer a articulação existente na descrição de um sistema de objetos e a descrição de um sistema de práticas, com a clareza de qual o sistema de práticas que é exercido sobre o objeto.

dos órgãos preservacionistas. Milton Santos (2006), atento aos desdobramentos dessas formas antigas sobre o presente, introduz o conceito de rugosidades apresentando, no primeiro momento, as relações de trabalho (que se dá pelo social e pelo território), em seguida, mostra como o “trabalho morto” também se faz presente sobre o “trabalho vivo” por meio do ambiente construído. Acredita-se que a partir desse ponto seja possível visualizar o que seriam as “rugosidades” e o seu significado.

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (Santos, 2006, p.92).

Em consonância com o que o autor aborda, constata-se que todas essas condições são produto de uma construção de seu entorno. Observa-se, contudo que, para a geografia, talvez interesse mais os fenômenos, ao passo que, para a arquitetura, tal contribuição possa servir para analisar os impactos espaciais e os desencadeamentos para a atribuição de valor à área histórica.

Com o intuito de sanar esses impasses, é importante indagar como funciona determinada paisagem, o que as fissuras do cotidiano comunicam e pensar a cidade como uma rede de agenciamentos. Assim, a compreensão sobre a conformação da via pode ser fortalecida em estudos para além dos registros oficiais e abordagens lineares, mas identificando também o que suas descontinuidades indicam sobre o processo (de sobreposições temporais).

Fissuras do cotidiano

Para pensar em tipos de representação dessa questão histórica e demonstração do valor documental do caminho, faz-se uma experimentação valendo-se de outras maneiras para a construção dessa narrativa. A leitura do que está por trás das modificações formais e de funções, seus agentes transformadores, além das relações de poder que refletem e condicionam a apreensão da ambiência da

área de entorno pode ser capturada por meio de um exercício de conexão entre diferentes elementos. Da mesma maneira como Milton Santos (2006) destaca a relevância que os odores, texturas e formas exercem sobre os sentidos espaciais; a leitura e/ou elaboração de um “mapa da paisagem contemporânea”, como define Encina (2006), também adquire, nesse sentido, o papel de propor uma ampliação do olhar sobre o objeto a partir de sua totalidade e multiplicidades.

Segundo Encina (2006), a composição do mapa da paisagem contemporânea permite visualizar tanto as informações que o mapa urbanístico representa – por meio de articulações entre zonas, bairros, ruas – quanto ao que é observado na prática; propiciando, assim, a compreensão da sua conexão a outros territórios invisíveis, relacionados às influências sociopolíticas. É nesse contexto que é oportunizada a realização do agenciamento desses territórios na composição do mapa da paisagem contemporânea (Encina, 2006, p.33). Esse processo pode ser interpretado a partir do resgate que o autor faz da conceituação de rizoma⁷, que tem sua origem na biologia e é utilizada no pensamento filosófico como meio de desconstrução de pensamentos arraigados. O rompimento da maneira de pensar sobre o urbano a partir de uma hierarquização das coisas ou de modo binário, acontece na medida em que o pensamento é instigado sob novos meios perceptivos sobre o espaço urbano, também como busca da poética em torno dos lugares. Esse fator pode ganhar um dinamismo neste ensaio, no sentido de perceber essa rua para além de sua forma aparente, mas a partir da função conectora entre territórios e significação para a leitura de uma área com valor histórico.

Com essa abordagem busca-se compreender os processos espaciais por outro viés. Atravessar a significação da paisagem, então, implica incorporar à pesquisa outros questionamentos, tais como: de que maneira esses territórios se relacionam, onde se conectam ou sobrepõem, observação que se aproxima de uma melhor compreensão sobre essas formas antigas. Talvez, o que vale absorver sobre essa leitura é de que a paisagem não constitui um produto da realidade aparente (como o mapa geográfico) mas resulta de um movimento. É assim que o autor define a paisagem mapa como a “cartografia do movimento” (Encina, 2006, p.81). Com esse entendimento, a “paisagem cartográfica” a qual se refere Encina (2006), envolve tanto as tensões presentes na paisagem urbana quanto na sua dinâmica.

⁷ Originalmente referente às raízes que se interligam sem um ponto de convergência, leva às inspirações filosóficas de Deleuze e Guattari na obra Mil Platôs.

Fato esse que impossibilita que ela, paisagem, seja capturada no tempo estático, ao mesmo tempo que permite a visualização de suas rupturas. Esse espaço-movimento, segundo o autor, contempla suas transformações.

Aqui nos interessa articular as sobreposições resultantes em novas formas ou formas antigas que comportam novas funções e as modificam, para então, sistematizar o impacto desses elementos para a compreensão da via. Seja enquanto espaço de transição da poligonal tombada, seja o de ligação entre os dois territórios fundantes, a rua requer uma representação capaz de realçar seus apagamentos e rupturas, pois também são responsáveis pelo produto que hoje é identificado.

Uma discussão geral nasce a partir do momento em que a representação é comparada à realidade como seu retrato fiel. Isto não acontece na prática, uma vez que provocaria distorções e uma perda de noção de suas limitações⁸, o que se torna uma problemática em estudos urbanos que utilizam a representação gráfica como instrumento de análise e, principalmente, quando se convertem em ações, sob normas urbanísticas amparadas por representações falhas. A partir desse prisma, pode-se dizer que, devido a tal influência, a cartografia em si também exerce um papel normativo, gerando impactos conscientes sobre o espaço (Nunes, 2016).

Como o estudo sobre a condição da via é traçado a partir da apreensão da paisagem, é levantado o seguinte questionamento: “[...] como um mapa representa a paisagem? Ou, em outro sentido, como ler uma paisagem a partir de um mapa?” (Nunes, 2016, p.98). Grosso modo, lembremos da cartografia colonial brasileira, pautada, pelo objetivo de reconhecimento do território “conquistado” e mais tarde, sob o contexto da promulgação da lei de terras (1850), quando o cadastro para a legitimação das propriedades foi feito conforme os interesses dos proprietários, os quais se valiam do desconhecimento das técnicas de mapeamento⁹ e medições

8 Para Renato Santos (2011), o fato de a cartografia ter se desenvolvido no campo científico e acadêmico acabou provocando um eurocentramento do mundo, além de constituir um potente instrumento de dominação e controle. A serviço das forças hegemônicas, funcionou por muito tempo sob um discurso positivista de que seria apenas uma técnica e, portanto, neutra.

9 Para explicar os processos de produção da cidade e construir um melhor entendimento sobre os instrumentos cartográficos, Nunes (2016) faz uma distinção entre “mapas de planejamento (que antecedem a cidade)” e “mapas cadastrais (que registram a cidade)”. Em ambos os casos a representação “fiel” da realidade é comprometida, no primeiro, pela limitação de recursos tecnológicos; no segundo, pelo fato de que, nem sempre, o que se planeja é implantado e isso também tem algo a nos comunicar.

precisas para se apossar de limites bem maiores dos quais havia sido concedido (Nunes, 2016).

Essa é uma questão que ainda se mantém atual quando o tema é regularização fundiária, mas para fins de análise da paisagem, também é possível aplicar a ideia do mapa como instrumento de poder, logo de influência para a sua conformação, como foi observado no caso do processo de ocupação nas duas margens do córrego da Prainha – determinada pela delimitação de onde formaria o espaço de poder e o de produção – que levou a atual configuração de sua ambiência.

O entendimento sobre a paisagem como aquilo que a vista alcança se assemelha com a técnica de representação cartográfica utilizada no Renascimento, por meio da perspectiva “voo de pássaro” na representação das cidades, pelo seu caráter em propiciar uma visão, de certo modo, panorâmica. Esse tipo de artifício, todavia, denota uma certa relação de poder ao “ver de cima” e, conseqüentemente, também é produto de intenções por camuflar o que contaminaria a imagem ideal da cidade, dando um outro sentido à paisagem. Isso resulta em muitas cidades serem representadas com um ordenamento que, na realidade, não possui (Cosgrove, 1998 apud Nunes, p.116).

Figura 2 - Cuiabá em 1790.



Fonte: Ilustração das autoras a partir da imagem obtida em Reis Filho (2000).

A abrangência dada a tais representações pode estar ligada tanto aos limites dos recursos disponíveis na época quanto o que se pretendia mostrar. Na imagem acima (Figura 2), a cidade de Cuiabá é retratada de modo perspectivado, possivelmente para demonstrar o sentido de crescimento do aglomerado inicial. Ainda que, a angulação não permita uma melhor visualização do esquema do traçado das ruas, como é pontuado na visão que a perspectiva “voo de pássaro” propicia, ambas as condições não asseguram uma compreensão clara sobre a organização espacial de fato, que considere suas dinâmicas e as fissuras do

cotidiano¹⁰. A leitura construída sobre a Rua 13 de Junho, desenvolvida no tópico seguinte, tem o papel de provocar uma aproximação desses elementos espaciais essenciais para o entendimento do processo histórico que desencadeou sua forma, de modo a explorar esses “campos visuais”¹¹ por meio de um exercício contracartográfico.

Por onde passa a luz: um exercício contracartográfico

Normalmente, ao pensar em meios de “subversão” da prática cartográfica, é possível associar às articulações de movimentos sociais. Enquanto instrumento de luta, tal ferramenta favorece apontamentos, no mapa, dos conflitos vivenciados. Para Renato Santos (2011), tais questionamentos instigam uma maior autonomia e senso crítico para os participantes, na elaboração do mapa e no pensar e agir sobre o espaço. Desse modo, acredita-se que seja possível refletir sobre processos dessa natureza, não apenas sob a luz de movimentos compostos por segmentos mais desfavorecidos, mas também sob o contexto (de desvalorização) patrimonial, o que abrange modos de fazer, o que Milton Santos (2006) identifica como os “trabalhos mortos” de grupos inteiros, culturas e legado material.

Em Cuiabá, nas décadas de 1970/80 foi fortalecido um movimento preservacionista formado por intelectuais como ação reacionária diante do impacto da perda de referenciais urbanos que o centro histórico sofreu, principalmente, após a construção de Brasília. Esses agentes reivindicaram à Prefeitura Municipal a incorporação da participação popular na elaboração do Plano Diretor da cidade, além da cobrança de um maior comprometimento no atendimento às demandas da sociedade (Guimarães, 2023). Com isso é possível perceber uma preocupação com a formação de uma massa crítica que, vivenciando as destruições do patrimônio, adquirem, na prática, uma experiência pedagógica com esse momento da história.

Diante desses eventos, surge o questionamento sobre como seria possível, então, visualizar o papel da cartografia para os debates e práticas preservacionistas, de modo que, enquanto um instrumento para o fortalecimento de identidades,

¹⁰ E mesmo as atuais tecnologias cartográficas que, embora priorizem a precisão locacional, ainda não são capazes de apreender as formas espaciais que estruturam narrativas e sentimentos.

¹¹ No estudo sobre as técnicas de análise morfológica, Kohlsdorf (1996) apresenta a sequência através da qual investiga a paisagem a partir de (a) eventos gerais, motivados pelo movimento e que se registra estações e intervalos, (b) campos visuais, relacionados a porção de espaço que nossa visão alcança, identificada em três zonas: primária, secundária e terciária, em níveis de clareza e (c) efeitos visuais de campo amplo ou restrito, a depender como a realidade chega à percepção.

pudesse ser convertida em ferramentas para potencializar a criação de políticas públicas dentro desse viés. Entende-se que na ocasião da solicitação pela referida participação popular tenha sido previsto, sob suas limitações, um caráter mais consultivo do que ativo de fato, sem que pudesse contemplar outras dinâmicas que permitissem a autonomia na elaboração/entendimento do poder que os mapas têm, por parte da sociedade civil.

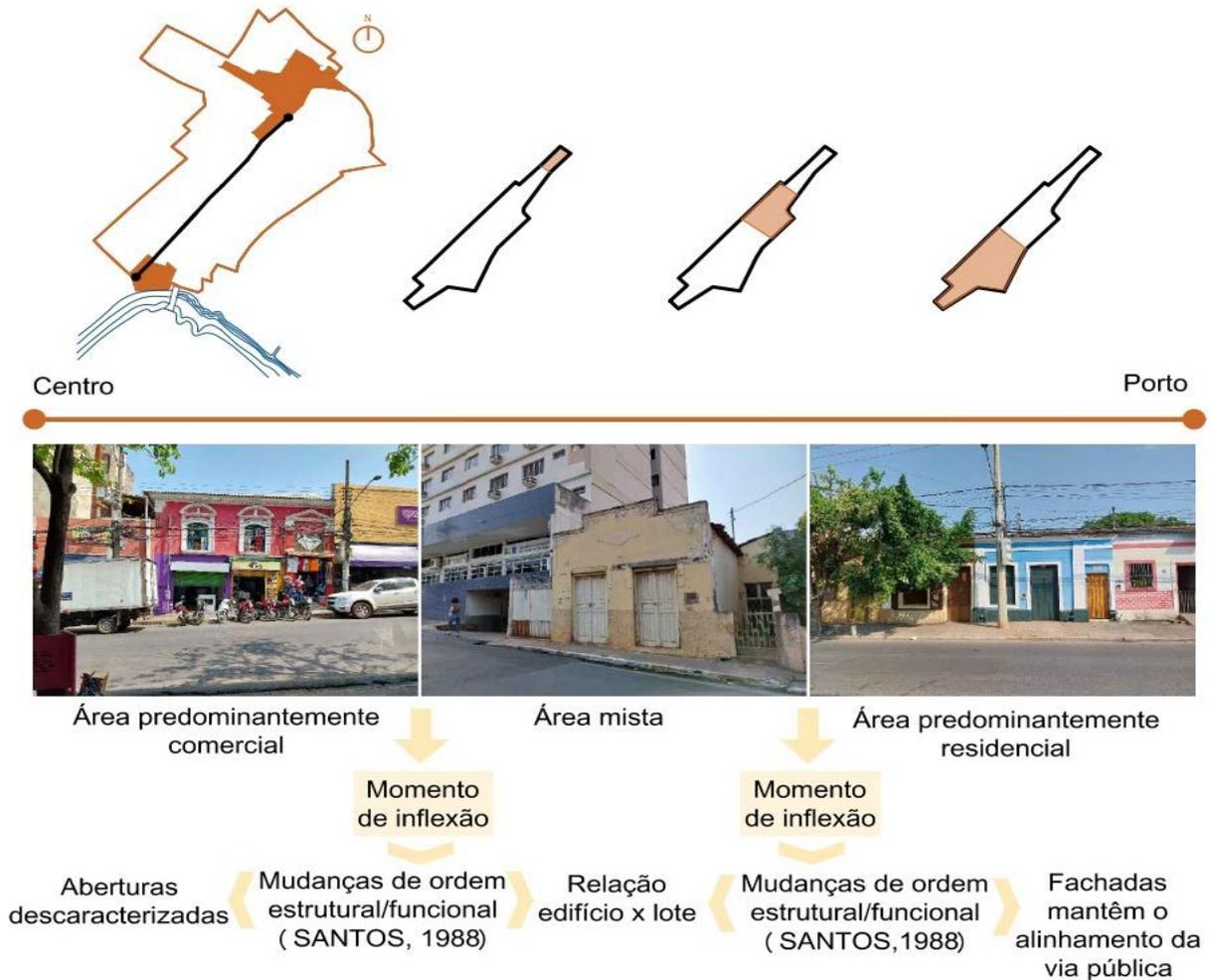
De todo modo, diferentes formatos de participação estão condicionados às relações de poder evidenciadas pela distinção entre quem cartografa e quem é cartografado, segundo Renato Santos (2012). O que se reflete no processo de produção cartográfica, meio pelo qual essas relações estão intrínsecas a vida social. O autor argumenta que, mesmo com o avanço nas tecnologias, com a capacidade de cruzar informações de diferentes naturezas, ainda é notório um “tensionamento”, endossado por um sistema de ações que atua de modo divergente. Para além disso, pensa-se sobre o modo como é dada a valorização de dimensões simbólicas, ligadas às subjetividades e afetos por trás de mapeamentos objetivados e racionalizados que representam a cidade setorizada em zonas. Aqui, interessa-nos os valores por trás das zonas de interesse histórico, da poligonal de tombamento e dos respectivos setores de entorno para além de suas delimitações.

A intenção do exercício seguinte, é congrega informações históricas, o modo como esses espaços estão grafados/mencionados em fontes oficiais e confrontá-los com o que é observado. Embora existam esses impasses pela ferramenta cartográfica, destacada pelo autor, procura-se com o exercício captar além do que a vista alcança (e do que os documentos mostram), com atenção aos sentidos e o que eles dizem sobre/através dessas camadas históricas.

Como foi visto anteriormente, o modelo rizomático de ler essa paisagem nos permite uma maior liberdade para a representação dessa questão histórica ao considerar diferentes influências, elementos e maneiras de dialogá-los. Assim, a aplicação de outros filtros funciona como o próprio processo de pensamento e exercício do olhar para entender o “por que essa paisagem muda”. O trabalho consiste em fazer uma relação entre as fotografias – com recortes específicos, demonstrando diferentes condições da via – e os apontamentos que se ramificam, conforme o filtro 1 (Figura 3). Ao final da atividade, observa-se os traços dessas permanências x transformações de modo mais sistematizado, o que viabiliza identificar com

maior clareza como se manifestam essas rugosidades, importantes para a leitura histórica.

Figura 3 - Filtro 1: aspectos morfológicos, diferenciação das quadras.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Ao longo da Rua 13 de Junho foram identificadas diferentes condições de vazios: lotes não edificados isolados, ruínas em lotes isolados e contíguos, além de lotes não edificados contíguos, formando uma extensa área sem utilização. Desse modo, constata-se que tais áreas não apenas se configuram pela falta de clareza sobre a adequação dos usos que comportam, mas apresentam diferentes características que provocam estímulos também divergentes, ainda que o que às unem seja esse aspecto de vazio. Os vazios, por sua vez, não se configuram como áreas isoladas, mas como produto de uma construção (histórica) de seu entorno, reconhecendo que foi preciso, ao logo do tempo, a construção de sua vizinhança para que este pudesse se destacar como uma área vazia. Apreendê-los como resultado de um

processo dotado de diferentes manifestações; de certo modo, também constitui um exercício para elucidar, na prática, o conceito de rugosidade. O filtro 2 (Figura 4) revela as condições e configurações que, por divergirem entre si, evidenciam a existência de três agrupamentos tipológicos. Na primeira fileira (tipologia 1) destaca-se a prática de estacionamento rotativo em lotes não edificadas e localizados em uma porção da via predominantemente comercial. Condição que quebra com a compreensão de unidade da quadra, na medida em que essas aberturas para vagas de estacionar, interrompem o ritmo do padrão de aberturas das fachadas, por exemplo. Na segunda (tipologia 2), permanece de pé apenas a fachada de um velho edifício em ruína, ganhando o interior do lote livre para subvertê-lo em funções degradantes (em sua maioria também com a prática de estacionamento). Diferente da primeira condição, por existir marcas de uma forma antiga (a ruína), torna expressiva a incompatibilidade entre a função atual e a forma que, pelo nível de deterioração, rompe com a leitura de volume. Por fim, na terceira fileira (tipologia 3) é notório alguns lotes contíguos formando uma longa área subutilizada, observada pela sequência de construções inacabadas. No caso da última fotografia, é evidente uma grande área cercada que, por sua aridez, provoca um impacto negativo sobre a paisagem

15

Figura 4 - Filtro 2: áreas subutilizadas sob diferentes condições/configurações.



Fonte: Google Earth, editado pelas autoras, 2024.

Descrição da imagem: Nos mapas à esquerda, marca-se em laranja, os referidos lotes de que tratam as imagens na sequência, todos eles localizados ao longo da Rua 13 de Junho

Em continuidade a essa análise, o filtro 3 (Figura 5) possibilita uma maior aproximação de formas antigas que perderam sua função original. A partir dessa observação, como seria possível identificar as rugosidades por meio das imagens? Quais características, na seleção dos recortes, denunciam que se trata de rugosidades? Esse conceito, debatido por Milton Santos (2006) instiga a realização de um exercício mais sensível na apreensão da paisagem, ao considerar a atualidade das formas antigas. O desafio está, então, em praticar o olhar para perceber suas camadas temporais e de que maneira o passado se manifesta no tempo presente.

Figura 5 - Filtro 3: rugosidades.



Fonte: Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Descrição da imagem: Da esquerda para a direita, edifícios à venda, lote não edificado, ruína.

16

Em continuidade a essa análise, o filtro 3 (Figura 5) possibilita uma maior aproximação de formas antigas que perderam sua função original. A partir dessa observação, como seria possível identificar as rugosidades por meio das imagens? Quais características, na seleção dos recortes, denunciam que se trata de rugosidades? Esse conceito, debatido por Milton Santos (2006) instiga a realização de um exercício mais sensível na apreensão da paisagem, ao considerar a atualidade das formas antigas. O desafio está, então, em praticar o olhar para perceber suas camadas temporais e de que maneira o passado se manifesta no tempo presente.

Nota-se, da esquerda para a direita, alguns edifícios antigos. Na primeira imagem ainda é presente o padrão descrito por Reis Filho (1970), a fachada segue o alinhamento da via pública e é evidente um ritmo no padrão de aberturas. Na sequência, já se visualiza a mudança da relação com o lote, por meio de um recuo frontal, ganhando uma varanda. Em ambos os casos, trata-se de formas antigas – algumas delas, à venda – e que não funcionam mais como residência. Acredita-se que o intenso comércio consolidado ao longo do tempo tenha alguma influência

para tal condição. A terceira imagem deixa explícito de que se trata de um terreno baldio, seja por consequência da demolição de algum edifício que não existe mais ou resultado da construção lindeira. Por fim, o edifício de esquina em mal estado de conservação, que devido ao padrão de amplas aberturas, sugere ter comportado em outros tempos uma atividade comercial. No entanto, atualmente, permanece de portas fechadas com aspecto de abandono.

O que se vê, então, para além da forma aparente? O que esses sinais comunicam? Essas poderiam ser as principais perguntas ao observar os recortes apresentados, em que se destacam o fenômeno dos fragmentos através de suas formas (antigas) ou rugosidades. O fato de a rua ter uma estruturação antiga, desperta algumas indagações sobre as inflexões que mudam a direção do seu sentido de continuidade histórica, indicando que o adensamento, bem como as funções recebidas ao longo do tempo manifestam também as suas descontinuidades e até incompatibilidades, desvirtuando-nos de um estudo linear sobre tal conformação.

Conclusão

Como vislumbre do alcance das reflexões e possíveis desdobramentos da discussão provocada até este momento, pensa-se que a “idade dos objetos”, da qual se refere Milton Santos (1988), esmiuçada por meio da leitura dos três filtros, instiga um olhar crítico para a apreensão de outros elementos que, em um primeiro momento não ficam evidentes sobre a forma aparente. Os dois momentos de inflexão, pontuados no esquema do filtro 1 (Figura 3), marcam a ruptura de uma certa unidade ao longo das quadras, provocando a sensação de que, ao avançar até o final do caminho, não é possível reconhecê-lo como o mesmo por onde se iniciou o percurso.

Para além das mudanças de funções ou da relação entre edifício e lote urbano na compreensão dos aspectos morfológicos, deve-se questionar as razões que levaram a sua forma atual, o sentido de construção histórica do espaço e os impactos gerados. Tais consequências decorrem a partir de diferentes condicionantes ou motivações, como foi possível refletir à luz da teoria. Uma delas responde aos estímulos pela mudança de preferências ao longo do tempo, acarretando mudanças, também, sobre a forma da cidade.

Ocorrências dessa natureza são facilmente percebidas quando o patrimônio registra perdas irreversíveis em uma planta típica, por exemplo, resultado de intervenções afloradas por um novo desejo, uma nova influência de força da sociedade em dada época, capaz de modificar o modo de se portar em sua cotidianidade. Todos esses são fatores que acabam ocasionando o desgaste desses objetos, tanto na sua forma física, pela alteração da sua condição primeira, quanto pela significação. Reconhecer suas alterações de natureza (funcional ou estrutural) e se está pautada sob aspectos que levam o envelhecimento social ou físico pode ser um caminho para a leitura dessa historicidade espacializada.

O uso de muitos lotes para a prática de estacionamentos rotativos, além dos efeitos mais evidentes e tendenciosos – como o ato do “deixar ruir” dos edifícios para lucrar sobre o valor do lote – (re)produz uma ambiência pouco clara da significação dessa área, conforme levantado no filtro 2 (Figura 4). Assim, o entendimento sobre as características e processos que levam a depararmos com essas rugosidades também contribuem para uma ampliação da leitura sobre tal fenômeno.

Para isso, a identificação, na prática, das condições que chamam atenção e a tentativa de explicá-las, leva a constatação da impossibilidade da realização de uma caminhada alheia a essa rua antiga. Ao tomar tal dimensão, o desafio, apresentado por meio do filtro 3 (Figura 5), é destrinchar o que está para além do que se vê, conseguindo perceber por onde passa a luz: a investigação situa nessa fresta. É nesse sentido que a narrativa iniciada nesse ensaio cumpre o seu propósito para o estudo da rua em fragmentos.

Referências

COELHO, Gustavo Neiva. A Ocupação Territorial Brasileira. In: COELHO, Gustavo Neiva. **O Espaço Urbano em Vila Boa Goiânia**. Edição. Cidade: Editora, 2001.

ENCINA, Rodrigo Gonzalo M. **Paisagem-mapa: uma cartografia artística da paisagem urbana**. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade de Brasília, DF, 2006.

GUIMARÃES, Maria Bárbara Thame. **A saga da preservação do patrimônio urbano de Cuiabá/MT: políticas públicas nas tensões entre progresso e preservação**. 2023. 229 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2023.

A rua em fragmentos: sobreposições temporais como narrativas históricas ...

IPHAN. **Instrução normativa do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá.** Cuiabá, 1994. Arquivo Iphan/MT.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 253p.

NUNES, Mônica Balestrin. **Cartografia e paisagem:** o mapa como objeto de estudo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 65, p. 96-119, dez. 2016.

REIS FILHO, Nestor G. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Editora perspectiva, 1970, 200 p.

REIS FILHO, Nestor G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: EDUSP, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 232p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. 28p.

SANTOS, Renato E. Ativismos Cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central.** Costa Rica, 2011.

SANTOS, Renato E. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In: **XII Coloquio de Geocritica.** Bogotá, 7 a 11 de Mayo, 2012.

NOTA

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

RECEBIDO EM: 03/04/2024

APROVADO EM: 15/12/2024

PUBLICADO EM: 30/12/2024